

OS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS E
A MISSÃO CIVILIZADORA DA EDUCAÇÃO: 1892 A 1898¹

*The congressmen on the State of Minas Gerais and the civilization mission of the education:
from 1892 to 1898*

Vera Lúcia Abrão Borges²

RESUMO

Tem-se por objetivo, neste artigo, apresentar e discutir a atuação dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, no período de 1892 a 1898. O texto estruturou-se em duas partes. Primeiro, destacou-se que estes intelectuais foram um dos setores sociais responsáveis pela implantação e pela consolidação da República no Estado de Minas Gerais, imputando uma missão civilizadora à sua educação. Eles consideraram a escola pública elementar um espaço privilegiado para se construir a democracia e promover o desenvolvimento nacional, impingindo à instrução os novos ideais de *modernização*, *urbanização* e *industrialização*. Segundo, a análise centrou-se no perfil desta elite, a partir dos seguintes critérios: classe social, formação e ocupação. Verificou-se que estes intelectuais representaram interesses das classes dominantes, que cada uma ocupou mais de uma ocupação e que grande maioria formou-se em duas escolas - Faculdade de Direito de São Paulo e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse sentido, constituíram um grupo homogêneo.

Palavras-chave: política educacional - república e modernização - história da educação

ABSTRACT

This article aims to present and discuss the congressmen action, on the state of “Minas Gerais”, from 1892 to 1898. The text is structured in two moments. In the first one, it points out that these intellectuals were one of the social groups responsible to implant and consolidate the Republic in the state of “Minas Gerais”, imposing a civilization mission to its education. This group considered the elementary public school an exceptional space to construct the democracy and to foment the national development, imputing the *new* ideals of *modernization*, *urbanization* and *industrialization* to the instruction. In the second one, it introduces the profile of this group. Social class, formation and occupation were the criterions for the analysis. It was verified that these intellectuals represented interest of the dominant classes, that each one occupied more than two occupations and that most part of them were format on two schools – “Faculdade de Direito de São Paulo” and “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. In this way, they constituted a homogeneous group.

Key-words: educational politic – republic and modernization – history of the education

¹ Este artigo apresenta algumas das interpretações desenvolvidas na Tese de Doutorado, intitulada *A Instrução Pública Primária em Minas Gerais: 1892 a 1895*, defendida em 1998, na PUC/SP.

² Professora de *História da Educação* da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Educação, pela Unicamp/Campinas/SP. Contato: veralucia@ufu.br

O objetivo do presente texto é refletir a prática dos deputados estaduais que se empenharam na tarefa posta pela realidade republicana, qual seja, implantar e consolidar a República em Minas Gerais, durante as duas primeiras legislaturas (1892 a 1898), a partir dos seguintes critérios: origem de classe, formação e ocupação. As análises repaldaram-se em fontes primárias oficiais (atas e relatórios da Câmara dos Deputados Estaduais de Minas e biografias) e secundárias (bibliografia sobre o tema). O pressuposto central foi de que a prática - pensamento e ação - destes líderes não foi autônoma, mas histórica, não se furtando, pois, às garras do tempo e do espaço.

Outro pressuposto foi de que ideologia, no sentido amplo, constitui a concepção de mundo coerentemente organizada, achando-se implícita em todas as manifestações individuais e coletivas de vida - economia, artes, direito, ética e outras (Gramsci, 1981, p. 62-63). Tem a função de cimentar e unificar a direção ideológica de todo o bloco social, forjando um “bloco histórico”, uma unidade dialética com as estruturas materiais (Gramsci, 1981, p. 16- 20 e p. 52). Restritamente, pois, ideologia consiste no modo de coesão de uma sociedade, ou seja, nos inúmeros mecanismos acionados pelo capital no processo de construção de sua hegemonia social, de sua reprodução - ela se produz na prática social capitalista.

Ao se reproduzir, o capital alarga as esferas ideológicas, incorporando elementos que extrapolam seus interesses específicos e, assim, escapando dos intentos ideológicos de produção. Desta forma, a cultura consiste em um lugar privilegiado para se pensar a produção ideológica e as práticas culturais, especialmente a escola. Para Gramsci “A escola - em todos os seus níveis - e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número do pessoal que utilizam” (Gramsci, 1981, p. 19). Além de organizar a cultura, a escola elabora os intelectuais para as diversas funções hierárquicas, de forma a atender à demanda do capital. Esta escala hierárquica é mais complexa quanto mais especializada for a sociedade (Gramsci, 1979, p. 9). Portanto, a instrução pública é inerente ao discurso burguês.

Nos anos iniciais da Primeira República brasileira (1889-1930), em vista das diversas mudanças, contradições e mobilizações sociais que marcaram a sociedade mundial e o país, os intelectuais³ mineiros abraçaram a tarefa de construir e disseminar a direção ideológica e cultural sobre toda a sociedade, a fim de assumirem o poder político e obterem o consenso. Para tal, acionaram instâncias políticas de repressão e alternativas ideológico-culturais, sobressaindo-se a escola. Uma primeira hipótese de análise foi que os deputados estaduais de Minas – enquanto uma parte desses intelectuais – desempenharam a função de organizar a república recém-proclamada.

Outra hipótese foi que grande parte desses políticos atuaram como *intelectuais tradicionais*, no sentido de Gramsci - intelectuais originários ou representantes da velha classe de proprietários de terra e de escravos, mas investidos de uma roupagem liberal que contrariava sua prática excludente e anti-democrática. Ligados à terra, gozavam de

³ **Intelectual** - Entendido no sentido restrito, como aquele que tem por função organizar a sociedade nos âmbitos da produção, da cultura e/ou da administração pública, ou seja, dirigir ideológico-culturalmente a sociedade (Gramsci, 1979, p. 7).

um prestígio social decorrente do seu lugar na produção, da forma como se relacionavam com os trabalhadores (patrimonialismo), da sua maneira rebuscada e “diferente” de falar e do título de “bacharel” (doutor). Eles detinham um saber humanista cristão, universalista e letrado, aplicável em qualquer país, granjeando-lhes distinção e destaque na grande massa analfabeta, tornando-os bons oradores e fortalecendo seu poder de convencer e organizar a massa, pela eloquência e pela persuasão. Foram *intelectuais orgânicos*, pois imprimiram homogeneidade sócio-econômica e cultural ao grupo e emergiram do próprio grupo social de que se originaram ou representaram (Gramsci, 1979, p. 3-4). Com o desenvolvimento da sociedade competitiva, foi se impondo outro tipo de intelectual - o profissional técnico-profissional (para as empresas comerciais, industriais e financeiras) e o profissional político-administrativo (para os novos cargos burocráticos do Estado e das firmas privadas).

Assim sendo, algumas questões foram sendo levantadas, norteando a própria estruturação do trabalho. No primeiro momento, o intento foi construir interpretações esclarecedoras do republicanismo defendido por esses intelectuais tão empenhados em organizar a sociedade, inclusive no sentido de imputar uma certa sistematização na instrução então praticada no Estado. Mas a análise não poderia ater-se a este aspecto, impondo-se uma segunda questão - traçar o perfil destes sujeitos, cujas práticas carregavam sinais da classe social a que pertenciam ou que representavam, da ocupação e dos cargos usufruídos, bem como da formação que tiveram.

A. Republicanismo, modernização e instrução

Enquanto herança do final do Império, o início da República foi fortemente marcado pela ideologia liberal, cujos ideais de *democracia, república federativa e instrução* eram percebidos como vias de redenção do país, com destaque à legitimidade deste novo regime. A “nova” racionalidade imputada à instrução elementar inaugurou muitos ideais inerentes ao ideário escolanovista, contrariando a tese em voga de que este fora forjado pelos modernistas dos anos 1920, período em que foram propostos projetos pedagógicos mais preocupados com o espaço interno da escola – como, por exemplo, os métodos e técnicas de ensino e a relação professor/aluno.

No alvorecer da república, acenou-se para o ensino elementar público, gratuito, laico e obrigatório, em vista da convicção então vigente de que esta era uma das formas de superação do passado tradicional – visto como ‘arcaico’ e ‘atrasado’ - e de ingresso no mundo civilizado e moderno (identificado com o europeu e o norte-americano). Deste quadro decorreram várias reformas nos diferentes graus escolares, em que o “novo” se impregnava da tradição. Afinal, a consolidação capitalista em processo no país desencadeou a industrialização inicial e o mercado de trabalho urbano, mas sustentada na economia agro-comercial exportadora dependente (café). O espaço urbano emergente, além das endemias e pestes e da falta de infraestrutura sanitária, precisava ser higienizado, colocando-se como urgente formar o caráter do povo via educação.

José Veríssimo (1906), propagandista republicano que, com Carneiro Leão, forneceu as bases para o nacionalismo educacional no país, denunciou a precariedade

do ensino público brasileiro, defendendo “uma reforma radical e completa” deste, acusando “o desinteresse dos poderes publicos por esta sua função de velar pela educação nacional” e que “(...) no Brazil o ensino publico não existe por amor da educação nacional si não exclusivamente no interesse do professorado” (Verissimo, 1906, p. XXXI-XXXII).

Privilegiando conhecimentos pouco condizentes com a realidade brasileira, não impondo ao aluno o espírito nacional, “o sentimento de solidariedade social, o espirito de esforço e de sacrificio na subordinação ao dever, a regularidade, a exactidão, a firmeza do porte, de accôrdo com a firmeza do character, em todos os actos da vida” (Ibidem, p. 3), esse ensino contribuía para a flagrante ausência de espírito nacional, de que advinha a consequente necessidade de uma educação que formasse o espírito nacional (Ibidem, p. 4-6).

Nas palavras do Presidente Rodrigues Alves, “a instrução publica, em todas as suas diferentes phases, [é] um serviço que interessa vivamente ao progresso do paiz e não funciona com a necessaria ordem e proveito” (cit. Verissimo, 1906, p. XXXVII-XXXVIII, nota de rodapé n.º 1). Imputava-se, assim, um poder regenerador e formador à instrução pública e laica, visando a construção do Estado Nacional no país. O desenvolvimento – identificado com progresso, República, civilização e modernização -, ensejou a crença de que:

(...) é ao povo, é á nação, que cumpre corrigir e reformar, si quizermos realize a republica as bem fundadas e auspiciosas esperanças, que alvoreceu nos corações brasileiros.

Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infallivel, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada accepção desta palavra.

(...) Affirma um perspicuo e original historiador da pedagogia, que do estudo da historia e evoluimento da educação publica resulta, entre outras, esta conclusão: “uma reforma profunda na educação publica e nacional presume uma reforma igualmente radical no governo.”

Nós tivemos já a reforma radical no governo, cumpre-nos completar a obra da revolução pela reforma profunda da nossa educação nacional (Verissimo, 1906, p. LII).

Partícipes dessa crença na educação nacional com função moralizadora de inculcar o nacionalismo, tanto em sua face patriótica quanto de caráter nacional, o *Congresso Mineiro* foi palco de debates e realizações de reformas, leis e decretos em torno da instrução pública, ressaltando-se a premência em se estruturar e fiscalizar a rede de ensino público no Estado, em seus diferentes graus, questionando-se as causas do atraso brasileiro em relação aos países capitalistas desenvolvidos. Esse ideário educacional, relativamente coerente, destacava a cultura intelectual, a ação política dos intelectuais na sociedade e uma concepção da hierarquia das ciências. Entendia-se que, para se construir a soberania popular na República, o povo deveria ser preparado para a vida cívica e que o atraso decorria de vários fatores, como: inexistência de uma “nação” e, conseqüentemente, de “um povo educado”, saneamento das cidades, higiene e saúde do trabalhador brasileiro.

Enquanto espaço legalizador e moralizante, esse Congresso foi uma das principais mediações para o exercício hegemônico, pela classe dominante, incorporando reivindicações dos dominados, mas também transformando, regulando e limitando, juridicamente, a ação política desses. Portanto, *modernização e democratização* de Minas emergiram como necessidades que dependiam da *educação básica* do “povo” e da *formação da elite* para o governo. O fervor ideológico herdado do Império, em prol da *democracia, da federação e da instrução*, foi uma constante nessa fase de instauração da República Federativa da União, com vistas à legitimidade republicana. Questões vistas como necessidades que exigiam saídas rápidas, devido às diferenças étnicas e culturais, com significativa população negra (ex-escravos recém-libertos, a 13 de maio de 1888) não preparada para a mão-de-obra exigida na nova realidade republicana, de que eclodiram, dentre outros, os problemas da imigração, da criação de ferrovias interestaduais e de uma maior fiscalização. Deu-se realce à urgência de se formar o cidadão republicano e os dirigentes, devido ao alto índice de evasão de intelectuais mineiros para a capital do País e São Paulo, com decorrente esvaziamento de homens capazes de impulsionar o progresso do Estado de Minas; ao ensino racional, utilitarista, pragmatista e legalista, em defesa da instrução laica, pública.

B. Perfil dos Deputados Estaduais de Minas gerais: 1892-1898

A caracterização dos deputados estaduais de Minas Gerais, no período de 1892 a 1898, teve por critérios: identificação (nome, local e data de nascimento), tempo de exercício na *Câmara dos Deputados Estaduais*, formação (curso e grau de escolaridade), origem social, cargo e ocupação⁴. A investigação incorporou todos os deputados estaduais eleitos e os suplentes em exercício, na primeira legislatura (1892-1895), mas abrangendo o ano de 1891, em que a Assembléia Provisória se reuniu para elaborar a Constituição do Estado de Minas, e a segunda (1895-1898). Alguns morreram e outros se demitiram, por insatisfações políticas ou por terem sido transferidos para outros cargos, não completando o mandato e/ou nem assumindo o mandato, mas foram incluídos no estudo.

Para a redação da Constituição Mineira, de 15 de junho de 1891, os membros provisórios da *Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais* reuniram-se em Ouro Preto, em 1891. Este Congresso, composto pela *Câmara dos Deputados Estaduais* e pelo *Senado*, enfrentou a importante tarefa de optar por uma forma de plenitude federalista ou restritiva e moderada (Iglésias, 1990, p.164). Embora moldada na constituição liberal norte-americana, venceu a moderação, pois expressiva parcela destes intelectuais emanava dos velhos quadros imperiais. Somente em 1892 houve a eleição dos efetivos para a 1ª legislatura (1892-1895). O mandato dos Senadores era de nove (9) anos, renovando-se um terço (1/3) a cada três anos (os “novos” eleitos só completariam o tempo restante para o mandato); o dos Deputados Estaduais era de três anos. A Constituinte Mineira representou uma aliança das elites mineiras - grande número

⁴ Não foi possível encontrar todos os dados para todo o grupo de deputados. Mas como se obteve informações sobre a grande maioria do grupo selecionado, julgou-se significativa a análise.

monárquica – a fim de organizar e legitimar o regime republicano e também homogeneizar as elites (Torres, 1961, p.1201).

Financeiramente, Minas estava entre as primeiras regiões do Brasil, apesar do déficit orçamentário, no plano geral. Embora o mais populoso, seu lento desenvolvimento econômico, se comparado a São Paulo, acarretou uma modesta vida do Estado, com poucos recursos e falta de estrutura financeira (Iglésias, 1990, p.170).

Por outro lado, logo após o “ato de 1889”, verificaram-se lutas políticas interclasses dominantes pelo controle do Estado, com “a absorção do discurso republicano pelos ex-monarquistas” (Iglésias, 1990, p.171), justamente quando se forjou no país a supremacia das zonas cafeeicultoras, na fase do capitalismo monopolista, em que o capital procurava reproduzir-se fora das fronteiras nacionais, buscando novos mercados no “Novo Mundo”.

Enquanto um complexo do capital monopolista, a expansão do café do Oeste Paulista e da Mata Mineira desencadeou várias transformações: nos meios de transportes, construindo-se ferrovias; na produção rural exportadora, mediada pelo capital externo; na cidade, que despontou como centro mercantil e de prestação e que teve melhoramentos materiais, como saneamento básico e serviço de água, diversificação e dinamização do corpo social, sendo mercantilizada a força de trabalho hierarquizada, emergindo novos setores médios.

Nesse contexto, o anseio por um tempo novo, enquanto saída para o atraso do país, foi constante na fala dos deputados mineiros, no período em que se deu a organização e a implantação da República no Estado. Com relação ao seu perfil, teve-se o quadro abaixo.

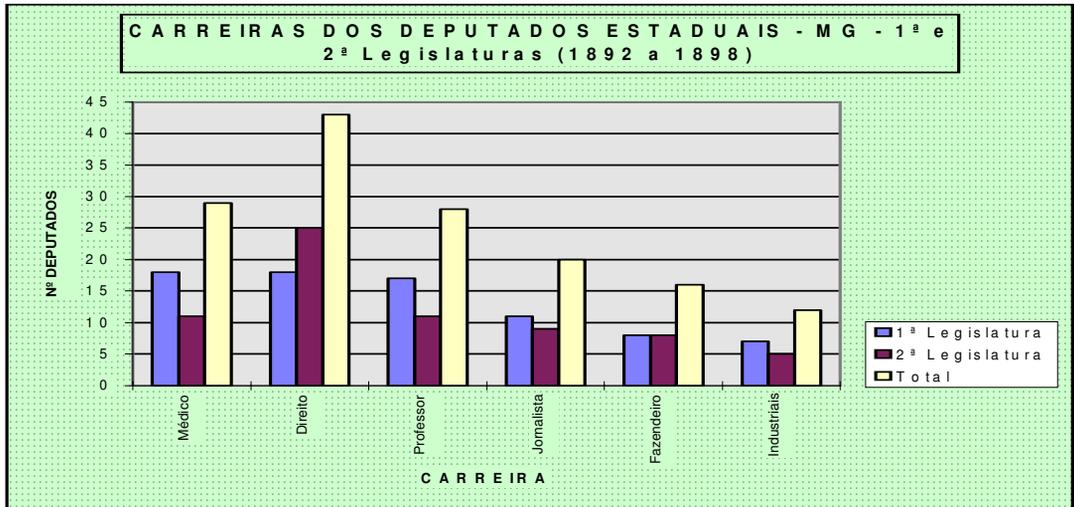
1. A relativa continuidade no quadro dos deputados estaduais de Minas Gerais, nas duas primeiras legislaturas

No período investigado, houve uma relativa continuidade nos quadros dos deputados estaduais, nas 1ª e 2ª legislaturas (Gráfico 1), com poucas modificações com relação à força política das regiões Centro, Sul e Norte. A região da Mata (zona cafeeicultora) conseguiu impor-se bastante no cenário político do segundo momento, embora a liderança tenha permanecido com o Centro, região em que se discutia a mudança da capital do Estado. É conveniente ressaltar, outrossim, que para a 2ª legislatura houve um alto índice de reeleição (45,5%), em especial nas regiões com maior representatividade política e econômica no Estado - Sul, Centro, Norte e Mata.

2. A multiplicidade de ocupação e de cargos

Dois pontos se destacaram. Primeiro, que grande maioria dos deputados preservou os modelos tradicionais de carreira, atuando principalmente como fazendeiros. Poucos se envolveram com os setores da indústria e do comércio e, outros, foram professores, jornalistas e profissionais liberais (Direito e Medicina) (Gráfico 1). Ressalta-se a predominância de Direito (36% na 1ª Legislatura e 50% na 2ª) e, em segundo plano, de Medicina (36% na 1ª Legislatura e 22% na 2ª).

Gráfico 1. Câmara dos Deputados de MG: DE, por carreira, em cada legislatura (1892-1898).



FONTES: *Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*, de 1892, pp. 152-153;
Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, de 1895, p.75;
Ephemerides Mineiras (1664-1897), 1926, Vol 1, p. 86-87.

Destaca-se, outrossim, que quase todos acumulavam mais de uma ocupação, simultaneamente à função de deputado estadual (Gráfico 4). Esse dado é importante para a análise, haja vista que evidência como se integravam as diversas “panelinhas” das elites entre si e com os mais “poderosos”, garantindo o acesso às informações e aos diferentes círculos de interesses, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Pode-se, pois, reafirmar a hipótese de John Wirth de que esse comportamento da elite mineira, herdado da Monarquia, era típico em todo o país (WIRTH, 1982, p. 112). Do total dos deputados estaduais, nas duas primeiras legislaturas, 62% exerciam três carreiras, 21%, duas carreiras e 17%, quatro. Portanto, no processo de desenvolvimento da modernização em Minas Geras, eficaz estratégia foi acionada por tais intelectuais mineiros - a ocupação de carreiras múltiplas, enquanto uma das diversas práticas encetadas em prol da construção de uma homogeneidade social⁵.

Os deputados que exerciam também a medicina eram menos versáteis ou, talvez, por serem de famílias mais ricas e poderosas, não precisassem trabalhar em muitos locais: aproximadamente 44% deles ocupavam apenas uma ocupação a mais (além da medicina e da política) e cerca de 56% contentaram-se em ser médicos e políticos. Em contrapartida, os bacharéis em Direito acumulavam, em sua maioria (83,3%), mais de quatro carreiras, abraçando, de preferência, ocupações culturais de reconhecido destaque na divulgação ideológica, tais como magistério superior e médio (61% na 1ª legislatura e 44%, na 2ª) e jornalismo (28% na 1ª e 36% na 2ª).

⁵ Por exemplo, Augusto G. de Souza Moreira, deputado estadual nas duas primeiras legislaturas, foi um dos fundadores da Companhia de Tecidos Santanense, médico em Itaúna e diretor do semanário *Centro de Minas*, fundado por seu pai, em 1901; David M. Campista foi político, professor, promotor, advogado, jurista e diplomata.

Por outro lado, os médicos se dedicavam a ramos diretamente ligados à produção, tais como indústria e agropecuária, com pouquíssimos no magistério (dois na 1ª Legislatura e um, na 2ª). Detentores de maior poder econômico, possuindo grandes latifúndios e, alguns, até indústrias, transitavam com maior independência financeira, mais prestígio e maior poder de penetração social, razão pela qual não pleiteassem tantos cargos e funções. Outra provável causa reside no prestígio social de que gozava o “médico de família”, no século XIX, exercendo influências no interior de inúmeras clãs familiares.

Os bacharéis de direito, em contrapartida, dependiam do governo para se manterem no poder. Esse artifício de exercer diversos cargos e funções tinha a finalidade menos de angariar fundos orçamentários e mais de ampliar a sua área de influência, participando de diferentes categorias sociais e, automaticamente, divulgando os novos valores republicanos, tendo em vista obter o consenso ideológico. O sucesso dessa estratégia pode ser visualizado pelo progressivo aumento de bacharéis em direito na Câmara dos Deputados Estaduais, em detrimento da diminuição de médicos. Acrescenta-se que os médicos, originários dos tradicionais senhores da terra, eram mais conservadores que estes últimos.

3. *A Relativa Identidade de Formação*

Houve a preponderância de políticos formados na *Faculdade de Direito de São Paulo* (FDSP) e na *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (FMRJ). No entanto, é bom ressaltar que, enquanto o número de médicos decresceu, da 1ª para a 2ª legislatura, o de bacharéis em direito teve um expressivo crescimento, como se pode perceber na tabela abaixo. Esse gradativo recrutamento dos quadros políticos dentre os egressos da FDSP permite levantar a hipótese de uma relativa identidade de formação entre seus membros, tendo em vista a obtenção de um corpo político mais homogêneo.

Tabela: Deputados Estaduais de MG, por formação, nas 1ª e 2ª legislaturas.

<i>Legislatura</i>	FMRJ	FDSP	Poliécnica	Humanidade	Teologia	EFOP	Sem dados	Total
1ª	18	17	1	4	2	2	11	55
2ª	11	26	2	4	6	0	6	55
Total	29	43	3	8	8	2	17	110

FONTES: *Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*, de 1892, pp. 152-153;
Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, de 1895, p. 75;
Ephemerides Mineiras (1664-1897), 1926, Vol 1, p. 86-87.

Alguns esclarecimentos foram extraídos. Primeiro, a formação de quase totalidade da elite analisada ocorreu na segunda metade do oitocentos, portanto, mediada pela rede escolar existente no período monárquico da história brasileira. Na formação em nível superior, duas faculdades exerceram grandes impactos, a Faculdade de Direito de

São Paulo (FDSP) e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro (EMRJ)⁶. Na formação secundária, destacaram-se o Colégio de Caraça e a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP).

Segundo, a maioria dessa elite cursou o superior (91,4%), sobressaindo-se os bacharéis diplomados na FDSP (46,2%) e na FMRJ (31,2%). Apenas 8,6% possuíam apenas o secundário. O curso superior funcionava, pois, como trampolim para os altos cargos públicos e, automaticamente, constituía vias de prestígio social e político. Foi um dos instrumentos de que a elite lançou mão, a fim de formar o seu corpo político e cultural e legitimar a sua dominação econômica e, ao mesmo tempo, garantir a difusão de determinadas teorias culturais e políticas as dirigentes. Talvez por isto o ensino superior tenha sido tão debatido e defendido, em especial a partir de meados dos oitocentos. Para se obter um grupo mais homogêneo, a formação deveria centralizar-se em poucas escolas superiores, sendo que estas, por seu turno, propiciavam ensino semelhante.

A *Universidade de Coimbra* exerceu, até o século XVIII, essa função centralizadora, assegurando a formação pleiteada pela metrópole portuguesa, razão por que esta tanto demorou a aceitar a criação de cursos superiores na então colônia brasileira. Estes foram criados apenas a partir de 1808, para atender às exigências decorrentes da instalação de D. João e a corte portuguesa ao Brasil, quando Portugal se viu ameaçado pela invasão das tropas napoleônicas francesas, deixando a defesa do solo português por conta da Inglaterra. Estes cursos foram imediatistas e profissionalizantes, destituídos de uma cultura mais geral. Nesta ótica, conforme Américo Lacombe (1987), os centros de ensino superior no país decorreram, em sua maioria, da premência de técnicos no país, como os casos da implantação da *Academia Militar*, em 1810, centro irradiador de nossa formação científica e das escolas técnicas civis e militares (Lacombe, 1987, p. 361) Enquadram-se, também, o *Curso de Medicina* e o *Curso de Cirurgia* – do quais surgiu a Faculdade de Medicina -, que, resguardando o intuito profissionalizante, contribuíram para a demora em se constituir o regime universitário no país.

No entanto, foi mais tardia a premência de criação dos cursos jurídicos no Brasil, pois a *Universidade de Coimbra* cumpria o papel centralizador de formar bacharéis em Direito, como “único centro formador do mundo português”, de onde saía todo “o Brasil político e intelectual”. Esta política de formação centralizadora atendia os interesses metropolitanos de manter o vínculo de dependência da colônia brasileira com Portugal. Foi um eficiente mecanismo de divulgação das teorias oficiais, como: a corrente humanista cristã (ortodoxa e aristotélica), pregada pelos jesuítas; o iluminismo ensaiado por Pombal e, depois, o espírito nacionalista. Dela saíram todos os intelectuais do Império: regentes,

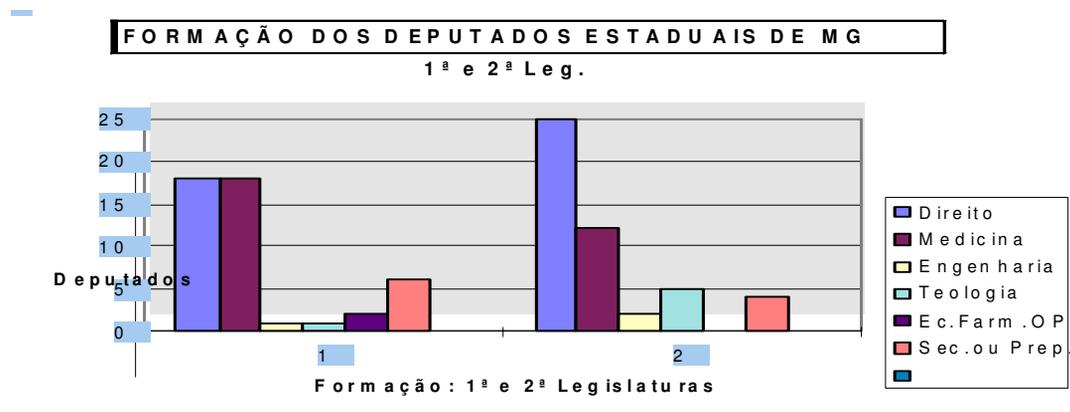
⁶ Todos os médicos foram inscritos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), ressalta-se, no entanto, que: dos dezoito eleitos para a 1ª legislatura, dois iniciaram os estudos na FMRJ, mas os concluíram na Faculdade de Medicina da Bahia (FMBa). Na 2ª, dos onze eleitos, dois concluíram o segundo ano na FMBa e um bacharelou-se na Faculdade de Medicina de Recife. Quanto ao Direito, também foram incorporados à Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP): os diplomados nela, os advogados provisionados e os que iniciaram os estudos na FDSP, ou abandonaram o curso após o segundo ano (um do grupo) ou concluíram o estudo na Faculdade de Direito de Recife (FDRc). Já no curso de Humanidades e Preparatórios, diferentes escolas foram freqüentadas, especialmente: Escola de Minas de Ouro Preto, Seminário de Caraça, Seminário de Mariana, Seminário de Diamantina etc. Alguns poucos freqüentaram o Colégio Pedro II.

juristas, ministros, parlamentares e até os ditos “revolucionários” (Lacombe, 1987). Estes intelectuais aplicaram, na legislação monárquica, as doutrinas recebidas nesta instituição. Influenciaram, ainda, o mundo jurídico, certos juristas portugueses incorporados à nossa sociedade, mediante atividade forense ou expressiva produção jurídica ou atividade docente na *Faculdade de Direito de São Paulo* e na *Faculdade de Direito de Pernambuco*, criadas no período monárquico (Lacombe, 1987, p. 361-363).

Essas duas escolas surgiram em vista das novas exigências que eclodiram, a partir de meados do século XIX, com a emersão do café no cenário mundial, enquanto principal mercadoria colonial para a exportação, e com as transformações aqui encetadas, destacando-se a criação de cargos burocráticos, o fomento do comércio interno e a construção de ferrovias. A formação de bacharéis de direito passou a ser pleiteada.

A *Faculdade de Direito de São Paulo* e a *Faculdade de Direito de Recife*, juntamente às instituições já existentes, a *Escola de Medicina do Rio de Janeiro* e a *Escola de Medicina da Bahia*, funcionaram como agências formadoras da elite no país e em Minas. Como se mostrou, nelas deu-se, essencialmente, a formação dos deputados das legislaturas estaduais de Minas (Gráfico 2).

Gráfico 2. - Deputados Estaduais, por FORMAÇÃO, nas duas primeiras legislaturas de MG (1892-1898).



FONTES: *Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*, de 1892, pp. 152-153;
Relatório da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, de 1895, p.75;
Ephemerides Mineiras (1664-1897), 1926, Vol 1, p. 86-87.

Com relação ao *ensino secundário*, há que se destacar a influência, na formação dessa elite, do *Seminário de Caraça* e outras instituições particulares, como: *Seminário de Mariana*, *Escola de Minas de Ouro Preto* (EMOP) e *Ateneu Mineiro de Ouro Preto*. De acordo com Sérgio Adorno, os seminários e ordens religiosas, aliados a outros três movimentos (formação iluminista dos intelectuais brasileiros na Universidade de Coimbra; participação das lojas maçônicas nos movimentos de independência e proliferação dos movimentos pró-independência), favoreceram a introdução, a absorção e a difusão do liberalismo no Brasil (Abreu, 1984, p. 51). Vale lembrar que nessas

escolas também passaram os bacharéis em Direito e Medicina. Dos cento e dez deputados, conseguiu-se obter essas informações de aproximadamente 50% deles.

Na composição da Câmara dos Deputados Estaduais de Minas, houve divergências. A primeira (1892-1895) teve relativo equilíbrio: dezoito deputados estaduais médicos e dezessete, advogados. A segunda contou com maior número de deputados advogados (vinte e seis), totalizando 53% dos políticos considerados, concomitante à diminuição dos deputados médicos (onze), sendo flagrante a influência da FDSP sobre o pensamento da elite considerada. No entanto, esta elite ainda sofria a influência do Rio de Janeiro, então Capital Federal, frente ao expressivo número de médicos formados pela FMRJ e, em menor escala, de engenheiros que saíram da *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*.

A FDSP foi um verdadeiro viveiro de políticos; desde o regime imperial, nela estudaram filhos dos fazendeiros e, a partir de 1870, filhos da incipiente burguesia urbana, embora maioria destes últimos tenha preferido cursos profissionais, especialmente a *Escola Militar* e, em menor escala, a *Escola de Medicina* (Souza, 1987, p. 331). Na monarquia, nossa cultura jurídica marcou-se de “notável arcabouço jurídico” e formou uma elite jurídica própria, plenamente adequada ao ambiente brasileiro (Lacombe, 1987).

Enquanto os cursos superiores técnicos (*Academia Militar do Rio de Janeiro*, *Escola de Medicina do Rio de Janeiro*, *Escola de Medicina da Bahia*) responderam às exigências postas no contexto colonial, a *Universidade de Coimbra* atendeu às expectativas de formação da elite política brasileira, com a instauração da Monarquia brasileira, em 1822. Essa elite foi ideologicamente homogênea, mediante formação jurídica em Portugal e treinamento no funcionalismo público. Grande maioria foi aproveitada nos cargos públicos da magistratura e do Exército (Carvalho, 1980, p. 34-35). Com a ampliação dos quadros da magistratura pós-independência (1822), duas instituições substituíram a Universidade de Coimbra - a Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP) e a Faculdade de Direito de Pernambuco (FDPe), criadas em 1828.

Mais da metade da elite mineira contemplada na pesquisa saiu da FDSP, passando a ocupar diversos cargos políticos e profissões, principalmente as pertinentes ao aparelho do Estado, em especial, jornalismo, docência, advocacia e promotoria. Emergiu, pois, como problema, interpretar a formação na Faculdade de Direito de São Paulo, no período monárquico, pois grande número dos deputados mineiros lá estudou.

a. Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP) - De acordo com Sérgio França Adorno de Abreu, a formação dos bacharéis na Faculdade de Direito de São Paulo pautava-se, não no ensino-aprendizagem e sim no “ambiente extracurricular”, sendo que na segunda metade do oitocentos houve peculiar vida acadêmica, que condicionou a formação intelectual e profissional do bacharel voltada “para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século passado, as relações sociais nesta sociedade” (Abreu, 1985, p.11-12). Considera-se que esta formação, mesmo livresca e universalista, foi educativa e atendeu às expectativas dos grandes latifundiários. É claro que não se deve ignorar a formação advinda da militância política extraclasse, de onde eclodiu a fundação de jornais e periódicos - como o *Minas*

Acadêmica, criado por bacharéis mineiros – e cujas atividades acarretaram maior integração entre a elite.

O liberalismo incorporado no Curso de Direito hasteava-se nos princípios da propriedade, da individualidade e da liberdade, colocando em plano secundário a autonomia da ação coletiva. A igualdade era imputada ao plano jurídico, de forma a cindir *liberalismo* e *democracia*. Esta cisão foi o ponto de apoio e a convergência na ação do Estado brasileiro. Os construtores do Estado Nacional almejaram “*uma verdadeira cruzada civilizatória*”, mas sem democratização social, concorrendo para tal, sobremaneira, o juridicismo impregnado no liberalismo brasileiro e a militância política presente na vida acadêmica do século XIX (Abreu, 1985, p.124-125).

Com a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, o Curso Jurídico diversificou-se em *Curso de Ciências Jurídicas* e *Curso de Ciências Sociais*, para atender às demandas da diversificação do aparelho burocrático do Estado. O de Ciências Jurídicas formava advogados, juristas e magistrados, e o segundo formava políticos profissionais, como: administrador, diplomata e legislador (Abreu, 1985, p. 23). Durante a monarquia, o ensino jurídico permaneceu livresco, como mera transmissão e pouca atenção ao conteúdo (Abreu, 1985 e 1987).

Portanto, os deputados mineiros formados pela FDSP tiveram formação retórica e universalista mas não tão desinteressada, produzindo intelectuais com grande poder de persuasão e de direções ideológica e cultural. Penetraram quase todos os aparelhos do Estado, ocupando diversos cargos ao mesmo tempo - na política, no ensino secundário e superior, no jornalismo, na produção de obras científicas, no comércio etc. Formaram, desta forma, uma rede de influências e de entrecruzamento de informações em quase todos os setores da sociedade - econômico, político e cultural. Daí, provavelmente, terem sido os Bacharéis em Direito os que mais se elegeram para a segunda legislatura. É lógico que outros fatores também repercutiram, como: todos eram relativamente jovens e, em sua maioria, novos republicanos, os quais defendiam um liberalismo moderado, favorável à gradativa intervenção estatal (apenas cinco eram republicanos históricos), liberalismo de coloração diversa e mais consuetudinária com os novos ideais então colocados.

b. Escola de Medicina do Rio de Janeiro (EMRJ)⁷ - O Curso Médico foi implantado em 1808, com a criação da *Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro* e da *Escola de Cirurgia da Bahia*, conservando, por quase todo século XIX, os fundamentos da ciência européia, mas com distorções de uma realidade ainda não equipada para a pesquisa e a experimentação. Era livresco, teórico e desprovido de aparelhagem para o ensino prático. Dele saíram os “médicos de família” do passado, sendo que muitos se destacaram como políticos de prestígio. Em 25 de janeiro de 1809, a EMRJ passou a se chamar *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica* e, em 1813, *Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro*. No entanto, o curso continuou eminentemente cirúrgico. Com a aprovação do

⁷ A abordagem desse ensino foi extraída do texto *Medicina no Período Imperial*, do historiador e médico Lycurgo Santos Filho (Santos Filho, 1987).

projeto de reforma do ensino médico, a 3/10/1832, as Academias passaram a se organizar como faculdade, denominando-se *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* e *Faculdade de Medicina da Bahia*. O ensino passou a se reorganizar sob os moldes do estatuto da *Faculdade de Paris*, instituindo-se três cursos: de Medicina, de Farmácia e de Partos, com a concessão dos títulos, respectivamente, de “Doutor em Medicina”, “Farmacêutico” e “Parteiro”. No *Curso Médico*, suas quatorze disciplinas eram distribuídas em seis anos. Embora, à época, fosse a mais completa organização de ensino superior, persistiu como livresco e teórico, devido à falta de material técnico e de instalações adequadas. Para receber o título de “Doutor em Medicina”, o aluno do sexto ano teria de defender publicamente, frente à congregação de mestres, uma tese⁸ escrita em vernáculo ou em latim. O ensino fundamentava-se em compêndios franceses, constando de aulas teóricas e de demonstrações práticas nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia. A pesquisa era praticamente nula, pois não havia laboratórios nem aparelhagem adequados.

c. Colégio Caraça: O Seminário de Caraça originou-se da construção de uma imensa casa e de uma capela, na Serra do Caraça, pelo padre franciscano Irmão Lourenço, por volta de 1774. Após sua morte (1819), D. João VI convidou quatro padres da Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo para lá fundar, em 1820, o *Colégio Caraça de Minas Gerais*. Assim como o *Seminário de Mariana*, o ensino seguiu os moldes dos jesuítas - a corrente humanista tradicional cristã, ou melhor, católica, baseada nas antigas tradições e preocupada em formar as classes dirigentes. A Pedagogia Humanista Cristã ou Pedagogia Tradicional fixou teorias e modelos, criou uma linguagem e também instituições pautadas na Paidéia (humanista), instituiu a pedagogia como teoria e problematizou a relação educacional (Cambi, 1999, p. 101-102). O Cristianismo propôs um ‘novo’ tipo de homem – igualitário, solidário, humilde, embutido de amor universal, dedicação pessoal, castigo e pobreza; pregou uma nova visão de sociedade, inspirada no Evangelho; modelou comportamentos coletivos; reinventou a família (amor e não só autoridade e domínio), o mundo do trabalho e da política; defendeu os princípios de fraternidade, civilidade, igualdade e solidariedade, e reestruturou uma base política de aliança entre Estado e Igreja Católica. Novos valores passaram a ser buscados - humildade frente ao poder, paz diante da força, fraqueza, tolerância, compaixão e vínculos espirituais etc. (Ibidem, p. 120-121).

Em 1849, o Caraça foi fechado, mas pouco tempo depois foi reaberto (em 1857), sob a direção e a organização do bispo de Mariana, que, mais tarde, acrescentou ao seu currículo as cadeiras de inglês, grego, história natural e gramática portuguesa (Corrêa, 1959, p.159). Em pouco tempo, tornou-se uma das instituições mais importantes de ensino secundário do país, dele saiu grande parte da elite mineira da Monarquia e da República – políticos, bispos, mosenhores, cónegos e doutores em Teologia e em Direito Canônico (Werebe, 1970).

⁸ Essas teses, por falta de laboratórios e outros instrumentos para a realização de pesquisas empíricas, eram muitos “semelhantes no conteúdo e de orientação inteiramente teórica”, reproduzindo noções européias, em especial francesas (Santos Filho, 1987, p. 488).

d. Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP): Esta escola disputava, com a Politécnica do Rio de Janeiro, a educação para o trabalho e a técnica, sob influência do positivismo de Comte. Embora solicitada pelos reformadores ilustrados, “crentes na contribuição da ciência para o bom desempenho da política, existente em Portugal desde a reforma pombalina da Universidade de Coimbra,” e a “favor de uma orientação mais técnica que humanística do ensino” (Carvalho, 1978, p. VIII), ela só foi colocada em prática um ano após a lei de sua criação, de 1875. Ela contou com o apoio de D. Pedro II, o qual, em viagem à Europa (anos 1870), por indicação de Auguste Debrée (membro da *Academia de Ciências de Paris*), trouxe Claude Henri Gorceix para indicar o local e as linhas básicas da mesma. Gorceix foi seu primeiro diretor, mas, após a República, sem a proteção de D. Pedro, passou a enfrentar várias dificuldades: insuficiência de recursos em Ouro Preto; mudança da capital para Belo Horizonte (1895), e o recrutamento de muitos de seus professores para cargos políticos no Executivo e no Legislativo do Estado de Minas; campanha de opositores políticos e até rivalidade da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em consequência, Gorceix decidiu retornar à França, em 1891 e, a partir de então, a EMOP entrou em decadência.

C. A homogeneidade social dos Deputados Estaduais de Minas Gerais

De acordo com Gramsci (1981), o homem é um ser social e político, já nasce inserido num determinado grupo ou classe social, cujo prestígio depende do lugar que ocupa no trabalho, onde estabelece determinadas relações sociais com os outros homens (dominante/dominado) e com a natureza (maquinários, tecnologia etc.). Mesmo limitado pela rede de condicionantes ele é objeto/sujeito da história; não existe uma só maneira de conceber e agir para todos os homens e muito menos para todas as sociedades e grupos ou classes sociais (Gramsci, 1981, p. 38-39). A participação do homem ocorre por intermédio das sociedades - como estas são múltiplas e variadas, assim também serão as formas de relação do indivíduo com a natureza e com os homens. O homem transforma-se com as transformações das relações sociais e, neste aspecto, o *homem é essencialmente político* (Gramsci, 1981, p. 47). Assim, a homogeneidade social dos membros de um mesmo grupo advém, não apenas da origem social dos mesmos, mas também de sua comunhão ideológica e de sua formação. Para se manter a coesão social, é necessária garantir a “unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo” (Gramsci, 1981, p.37).

Em vista do exposto, pode-se dizer que a questão em torno da homogeneidade da elite delimitado para a pesquisa requer pensar essa categoria social sob três aspectos: origem social, comunhão ideológica e sua formação.

Quanto à origem social, concorda-se que houve, por toda a Primeira República (1889-1930), uma *relativa* homogeneidade social entre os intelectuais dirigentes mineiros –a maioria descendeu da oligarquia agrária– os deputados que cursaram medicina e que eram, em geral, fazendeiros –, sendo que os restantes (que cursaram direito e demais) se colocaram como representantes desta classe, de forma que, ao ocuparem o poder

político, foram cooptados, em vista da obtenção e/ou manutenção do prestígio social advindo de sua função de mando sobre a grande massa dominada.

Os fazendeiros, cuja base de manutenção no poder era quase que exclusivamente a posse da terra, em geral dominavam a cultura e outras áreas econômicas, como o comércio, a indústria e as finanças (Carvalho, 1966, p.153-157). A elite dirigente que foi extraída desses proprietários de terra aproxima-se do que Gramsci denomina “intelectual tradicional” – pois teve uma formação universalista, pretensamente neutra, colocando-se como intermediários entre as massas e as classes dominantes, inculcando, nas primeiras, a nova racionalidade posta como necessária com o advento da República.

Mas a formação que a elite mineira recebeu foi outro importante fator de coesão social. A análise evidenciou uma maior concentração dos deputados estaduais de Minas Gerais em duas instituições superiores - a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Ambas ministravam um ensino universalista e desinteressado, embora se deva lembrar que a primeira talvez possibilitasse uma reflexão mais liberal, em vista das atividades extra-classes e do fato de se dar aos seus alunos maior liberdade de uso do seu tempo escolar. Ao secundarizar o conteúdo, o aluno entregava-se a atividades mais politizadas. Favorecia a obtenção da homogeneidade social ao contribuir para agrupamentos de acadêmicos, fora da classe, com vistas a objetivos comuns (Apud Carvalho, 1985, p.196).

No tocante ao ensino secundário, duas linhas dominaram a formação da elite mineira. De um lado, a *formação clássica*, propiciada pelo Colégio Caraça e por outros Seminários, e, de outro, o *utilitarismo* inerente à formação impingida na Escola de Minas de Ouro Preto. Para José Murilo de Carvalho, a importância destes dois centros reside no fato de se constituírem em “unidades formadoras de determinada marca regional” (Carvalho, 1978). Vale lembrar, ainda, que a maioria dos que passaram pelas duas faculdades – a de medicina e a de direito – quase sempre cursaram em destes dois cursos secundários, em especial o Caraça.

Para se verificar a comunhão ideológica, alguns aspectos da história devem ser destacados. Essas elites expressaram certa heterogeneidade com relação a alguns interesses, em especial quanto à República a ser implantada e à luta pelo poder, mas também quanto à formação recebida, o que implicou a busca de certa comunhão ideológica. Como se viu, enquanto grande parte dessa elite estudou Medicina, outra expressiva parte cursou Direito e uma pequena parcela teve outros trajetos. Diferentes cores foram impostas ao liberalismo então defendido – ora mais exaltado ora mais moderado ora intermediário. A FDSP, por exemplo, foi um espaço privilegiado do bacharelismo liberal (Abreu, 1987, p. 11). Mas a elite local destacou-se, outrossim, pela menor rigidez no pensamento e por certo “urbanismo” em seus costumes, em vista de seu comércio e sua posição na linha de comunicação entre a capital da província – então Ouro Preto - e a capital do Brasil Império – então, Rio de Janeiro.

Por essas razões, as elites não foram homogêneas, representando interesses de setores e/ou grupos sociais distintos: o grupo católico, os republicanos positivistas e liberais. No entanto, demonstraram, no período, grande habilidade no intento de manterem suas tradições essenciais e, ao mesmo tempo, amoldarem-se às diferentes

circunstâncias históricas, acionando uma política conciliatória voltada para a modernização, mas com ranço autoritário e patrimonialista, garantindo sua hegemonia política, juntamente com São Paulo, por toda a Primeira República. Também contribuíram para essa hegemonia o fato do Estado mineiro contar com o maior número de eleitores no país e por sua parcial recuperação econômica decorrente da emersão do café no mundo, a partir de 1860.

Mesmo com o ato de 1889, não foram tão tranquilas a organização e a estruturação da República em Minas Gerais, ocorrendo acirradas disputas entre suas elites, perpetuando-se lutas entre os clãs nas eleições municipais, mesmo que estas se aliassem ao findarem as mesmas, para elegerem um dirigente do Estado que fosse da situação, bem como movimentos separatistas.

Assim, a uniformidade de pensamento e da ação política da oligarquia foi sendo conseguida à medida que seu projeto político foi se impondo a todos, após o “quinze de novembro”, mediante adesões gradativas em meio a certas tentativas contrárias ao poder instituído, de liberais e até de regressistas ao republicanismo, formando o grupo dos “novos republicanos”, os quais compuseram, juntamente aos chamados “republicanos históricos”, o quadro dos deputados estaduais. Por outro lado, nos debates está expressa uma insistência na aliança de grupos sociais, a fim de se garantir a paz, a ordem e o progresso. Essa “política de conciliação” foi uma das estratégias utilizadas pelos republicanos históricos para eliminar e/ou evitar movimentos contrários à República por eles implantada. Muitos dos republicanos históricos foram, inclusive, preteridos em prol dos novos aderentes, causando insatisfações nos primeiros. Para conseguir a hegemonia, a elite mineira utilizou-se de estratégias tanto repressivas quanto ideológicas.

No âmbito ideológico, essas elites construíram um discurso capaz de dar a justificativa racional necessária para a legitimação da nova organização do poder, do novo projeto oficial implantado. Procuraram universalizar a visão de mundo do grupo social que representavam, na qual estava implícita determinada visão do mineiro - que sempre busca uma política de meio-termo e acomoda divergências, mediante a política do compromisso e das alianças entre as várias facções; que sente necessidade de estabelecer um nexos da paz e da ordem com a liberdade, dentre outros aspectos (Abreu, 1987). Concomitantemente, praticaram políticas repressivas, autoritárias e excludentes, de forma a eliminar do jogo político a maioria da população, que já era explorada. Assim, conseguiram ocultar seus reais interesses, perpetuando-se por várias gerações no poder. O que explica a continuidade de gerações de clãs mineiras do Império para a República, como as famílias: Andradas, Mello Franco, Bias Fortes, Sá Fortes, Rezende, Brandão, Pinheiro, Afonso Pena e outras.

Bibliografia

ABREU, Sérgio F. Adorno de. *A Arte da Prudência e da Moderação: O Liberalismo e a Profissionalização dos Bacharéis na Academia de Direito de São Paulo. 1827-1883*. Doutorado. SP: USP, 1984.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A Instrução Pública Primária em Minas Gerais: 1892 a 1898*. Doutorado, SP/PUC, 1998

BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à República*. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Editora do MEC, 1954.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. SP: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, J. Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O Peso da Glória. EPMI (Escola Politécnica), Biblioteca de Engenharia de Minas, 1978.

CORRÊA, Viriato. 1927. Instrução Colonial. **Revista do Ensino**, Ano III, n. 23, out., 1927.

GRAMSCI, Antonio. 1979. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (Trad. de Carlos N. Coutinho). RJ: Civilização Brasileira, 3ªed.1979.

IGLESIAS, 1990. Constituição Mineira de 1891. *RBEP*, BH: UFMG, n. 71, jul., p. 163-245.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no Período Imperial IN HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. *O Brasil Republicano: Reações e Transações*. Tomo II, 3º vol, 6ª ed., SP: Ed. Bertrand, 1987.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. 1984. O Processo Político-partidário na Primeira República IN MOTA, Carlos G. *Brasil em Perspectiva*, v.4, SP: Difel, 14ª ed., 1987.

TORRES, Albert. *A organização Nacional*. Companhia Editora Nacional, 1961.

VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed., 1906

WEREBE, Maria J. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. Difusão Européia do Livro, 4ª ed., 1970.

Recebido em maio de 2009
Aprovado em julho de 2009